

Congresso tem cronograma apertado no final do ano

01/12 15h11

Restam três semanas de atividades legislativas no Congresso Nacional e há na pauta sete temas de interesse do governo: PEC principal da Reforma da Previdência, PEC paralela da Previdência, Reforma Tributária, Orçamento de 2004, o Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007, o adicional de 2,5% do Imposto de Renda de Pessoa Física e a cumulatividade da Cofins.

As Reformas da Previdência e Tributária e o adicional do IR são as prioridades do governo. Portanto terão que ser votadas conclusivamente até o final do ano (no caso do IR, pode inclusive ser editada uma medida provisória caso não haja acordo para que o projeto que tramita na Câmara seja aprovado até 31/12).

A votação do Orçamento de 2004 e do PPA ainda este ano é incerta. No limite, o governo poderia votá-lo, sem prejuízo, até meados de janeiro em uma eventual convocação extraordinária. No momento, o próprio presidente tem se manifestado contra a convocação em janeiro. Porém, o governo poderá ser forçado a fazê-la.

Com relação à Medida Provisória 135/03 (Cofins), cujo prazo de votação se encerra no dia 15/12, o governo não tem pressa.

Primeiro porque a MP já está em vigor. Segundo porque se a Câmara votá-la nos próximos dias ela irá tumultuar a votação das reformas no Senado. Ou seja, é muito provável que a Câmara deixe essa votação para os últimos dias de trabalho legislativo e no Senado ela seja apreciada apenas no próximo ano (salvo a existência de acordo no Senado que permita a rápida aprovação da MP ainda este ano).

Antes da MP 135/03 (Cofins), outras três estarão trancando a pauta da Câmara na véspera do recesso. A MP 132/03 (Bolsa Família) passa a trancar a pauta no dia 5/12; a MP 133 /03 (Programa Especial de Habitação Popular) no dia 8/12; e a MP 134/03 (Crédito Extraordinário para o Ministério das Cidades) no dia 11/12.

Na tentativa de conciliar as votações previstas até o final do ano, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) está organizando um encontro ainda esta semana com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP).